



SUMÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2024	1
AVISO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2024	1
AVISO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2024	1
AVISO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2024	1
AVISO DE LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2024	2
AVISO DE LICITAÇÃO	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024	2
AVISO DE LICITAÇÃO	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 002/2024	2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE 09 DE JULHO DE 2024.		2
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050701.001		3
LEI MUNICIPAL DE Nº 817, DE 18 DE JUNHO DE 2024.		3

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade pregão eletrônico nº 011/2024. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de produtos do tipo garrafão material plástico, capacidade 20l, aplicação: água mineral e abastecimento de água mineral destinados a atender às necessidades do município de Presidente Dutra/MA. Realização: 18/07/2024 às 09:00 horas diploma legal: lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Observações: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra, 02 de julho de 2024. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas.

Presidente Dutra – MA. Em 02 de julho de 2024.

Miqueias Vanderley Fernandes Silva
Assessor Executivo e Ordenador de Despesas.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade pregão eletrônico nº 012/2024. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para aquisição de Material e Equipamentos de Limpeza Hospitalar destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Presidente Dutra - MA. Realização: 18/07/2024 às 14:00 horas diploma legal: lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Observações: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra, 02 de julho de 2024. Micherlli Fernandes de Sousa Caldas, Secretário Municipal de Saúde.

Presidente Dutra – MA. Em 02 de julho de 2024.

Micherlli Fernandes de Sousa Caldas
Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade pregão eletrônico nº 013/2024. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Limpeza, Copa e Cozinha destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Presidente Dutra - MA. Realização: 19/07/2024 às 09:00 horas diploma legal: lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Observações: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra, 02 de julho de 2024. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas.

Presidente Dutra – MA. Em 02 de julho de 2024.

Miqueias Vanderley Fernandes Silva
Assessor Executivo e Ordenador de Despesas.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 014/2024. Objeto: **Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em**





fornecimento de prótese dentária, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Presidente Dutra - MA. Abertura: 19/07/2024 às 14:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra/MA, 03 de julho de 2024. **Micherlli Fernandes de Sousa Caldas**, Secretário Municipal de Saúde.

de 2024. Presidente Dutra – MA, 03 de julho

Micherlli Fernandes de Sousa Caldas
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 207/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2024

Aviso de Licitação: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 015/2024. Objeto: **Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em comercialização de vidros, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Presidente Dutra - MA.** Abertura: 22/07/2024 às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra/MA, 03 de julho de 2024. **Miqueias Vanderley Fernandes Silva**, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas.

de 2024. Presidente Dutra – MA, 03 de julho

Miqueias Vanderley Fernandes Silva
Assessor Executivo e Ordenador de Despesas
Portaria nº 012/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 003/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada em obra/serviço de engenharia visando a construção de uma escola no Povoado Pitombeira, zona rural do Município de Presidente Dutra/MA, para satisfazer os interesses da Secretaria Municipal de Educação. Abertura: 26/07/2024 às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra/MA, 04 de julho de 2024. **Diego Mota Belém**, Secretário Municipal de Educação

Presidente Dutra – MA, 04 de julho de 2024.

Diego Mota Belém
Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SRP Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica SRP nº 002/2024. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a reforma de escolas da zona urbana e rural do Município de Presidente Dutra/MA. Abertura: 25/07/2024 às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município <http://presidentedutra.ma.gov.br>. Presidente Dutra/MA, 04 de julho de 2024. **Diego Mota Belém**, Secretário Municipal de Educação

Presidente Dutra – MA, 04 de julho de 2024.

Diego Mota Belém
Secretário Municipal de Educação

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE 09 DE JULHO DE 2024.

Convocação de Classificados no Concurso Público Municipal, vide Edital Nº 001/2018.

CONSIDERANDO a Sentença exarada 05/07/2024, no processo de nº 0800531-66.2022.8.10.0054, com ID de nº 123501610, que tramita na Primeira Vara da Comarca de Presidente Dutra, Maranhão, onde homologou acordo entabulado, culminando com a nomeação de servidora.

O Prefeito Municipal de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, Sr. Raimundo Alves Carvalho, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, CONVOCA a Classificada no Concurso Público Municipal, conforme Edital Nº 001/2018, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, abaixo relacionados, para no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir de 10/07/2024, a apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos e na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal localizada na Avenida Adir Leda, s/n, Bairro Tarumã, Centro Administrativo Ciro Evangelista, Centro, Presidente Dutra - MA, no horário de 8:00 às 12:00h, para preenchimento de vagas não completadas com os aprovados do referido Concurso.

Check-list de documentos a serem apresentados (apenas para o Recursos Humanos):





- 1-Cédula de Identidade
- 2-Cadastro de Pessoa Física – CPF
- 3-Comprovante de endereço atualizado
- 4-Carteira de Habilitação
- 5-Carteira atualizada do Conselho de Classe
- 6- Xerox da Primeira Página da Carteira de Trabalho, (Frente e Verso)
- 7-Certidão de Nascimento ou Casamento
- 8-Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão emitida pelo Cartório Eleitoral.
- 9-Certificado de reservista (sexo masculino).
- 10-Certificado de escolaridade e habilitação para o exercício da função, conforme previsto no edital do concurso.
- 11-02 (duas) fotos 3x4 colorida.
- 12-Declaração de não ocupar cargo público remunerado, exceto os acúmulos permitidos por lei (documento preenchido no local da posse e fornecido pela Prefeitura Municipal).
- 13-Declaração de bens atualizada
- 14-Certidão negativa de antecedentes Criminais (Estadual e Federal) com validação de autenticidade emitida pela Justiça Estadual e pelo Departamento de Polícia Federal.
- 15- Exames de saúde admissional constante do Edital do Concurso Público.

Obs.- Todos os documentos deverão ser apresentados em pasta tipo ofício (nova).

.....
EDITAL DE Nº.: 001/2018

EDITAL DE Nº.: 001/2018
Área: 077 VIGIA SME - CANDIDATO(S) APROVADO(S) E CLASSIFICADA

Ordem	N/Inscr.	Nome Completo	CPF	D/Nasc	Títulos	Pontos	SITUAÇÃO
60	0006301	CAMYLLA MOARES DE SOUSA MARTINS	61880858371	10/05/1999		42,00	Classificado

Após comparecerem ao Paço Municipal, os convocados acima serão prontamente nomeados, na forma determinada pelo Poder Judiciário. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA, AOS 09 DE JULHO DE 2024.

RAIMUNDO ALVES CARVALHO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050701.001

REF. CONTRATO Nº 050701.001. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e a empresa NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, C.N.P.J. 07.797.967/0001-95. OBJETO DO ADITIVO: Primeiro termo de aditivo de prazo ao contrato nº 050701.001 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online do "banco de preços" com base nos preços praticados pela administração pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Presidente Dutra – MA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1 Prefeitura Municipal de Presidente Dutra; 02 Poder Executivo; 02 03 Secretaria Municipal de Administração e Finanças; 02 03 00 Secretaria Municipal de Administração e Finanças; 04 Administração; 04 122 Administração Geral; 04 122 0002 Administração Geral; 04 122 0002 2013 0000 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração e Finanças; 3.3.90.39.00 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2024. VIGENCIA: 12 (doze) meses a contar de sua assinatura. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo. ASSINATURAS: Pela Contratante: Miqueias Vanderley Fernandes Silva – Assessor Executivo Ordenador de Despesas. Pelo Contratado: Rudimar Barbosa dos Reis – Sócio Administrador.
Publique -se.

Presidente Dutra – MA, 04 de julho 2024.

Miqueias Vanderley Fernandes Silva
Assessor Executivo - Ordenador de Despesas
Portaria nº 012/2024

LEI

LEI MUNICIPAL DE Nº 817, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

Dispõe sobre a criação do Código de Conduta da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra, Maranhão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA, MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Código de Conduta da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra tem a finalidade de definir os deveres, tipificar as infrações disciplinares, regular as sanções administrativas, os procedimentos correspondentes, os recursos, o comportamento e as recompensas dos Guardas Cíveis Municipais de Presidente Dutra.

Art. 2º - Este Código de Conduta aplica-se a todos os servidores da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra, incluindo os ocupantes de cargo em comissão.

**CAPÍTULO II
DA HIERARQUIA, DA DISCIPLINA E DA ATUAÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO**

Art. 3º - A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra.

Art. 4º - São princípios norteadores da disciplina, da hierarquia e da atuação da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra:





I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III - patrulhamento preventivo;

IV - compromisso com a evolução social da comunidade;

V - o respeito ao ordenamento jurídico brasileiro;

VI - o respeito à coisa pública;

VII - o respeito às autoridades constituídas; e

VIII - o uso progressivo da força.

Art. 5º - As ordens legais devem ser prontamente executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinar.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será assegurado esclarecimento ao subordinado.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E DO COMPORTAMENTO DO SERVIDOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA

Art. 6º - São deveres do servidor da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra, e suas alterações posteriores:

I - ser assíduo e pontual;

II - cumprir as ordens legais superiores, com ressalva daquelas que forem manifestamente ilegais e das quais caberá representação;

III - desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

IV - guardar sigilo sobre os assuntos da Administração Pública;

V - tratar com urbanidade os companheiros de serviço e o público em geral;

VI - manter sempre atualizado seus dados de família e endereço residencial;

VII - zelar pela economia dos bens do Município e pela conservação dos bens, equipamentos e prédios públicos do Município que forem confiados à sua guarda ou utilização;

VIII - apresentar-se convenientemente trajado em serviço e com o uniforme determinado;

IX - cooperar e manter o espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;

X - estar em dia com as Leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e

XI - proceder, pública e particularmente, de forma que dignifique a função pública.

Art. 7º - Ao ingressar no Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra, o servidor será classificado no comportamento "BOM".

Art. 8º - Para fins disciplinares e para os demais efeitos legais, o comportamento do servidor da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra será considerado:

I - excelente: quando, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, não tiver sofrido nenhuma punição;

II - ótimo: quando, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, não tiver sofrido pena de suspensão;

III - bom: quando no período de 24 (vinte e quatro) meses, tiver sofrido até 01 (uma) pena de suspensão que não ultrapasse o total de 04 (quatro) dias;

IV - regular: quando, no período de 24 (vinte e quatro) meses, tiver sofrido até (quatro) penas de suspensão, as quais, individualmente ou somadas, não ultrapassem o total de 15 (quinze) dias; e

V - ruim: quando, no período de quando, no período de 24 (vinte e quatro) meses, tiver sofrido mais de 04 (quatro) penas de suspensão, as quais, individualmente ou somadas, ultrapassem o total de 15 (quinze) dias.

§1º Para a classificação de comportamento, 02 (duas) penas de advertência equivalerão a 01 (uma) pena de repreensão, e 02 (duas) penas de repreensão equivalerão a 01 (um) dia de suspensão.

§2º A classificação do comportamento dar-se-á anualmente, de ofício, por ato do Comandante da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, no mês de janeiro.

Art. 9º - O Comandante da Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra deverá elaborar relatório anual de avaliação disciplinar com a classificação do comportamento do seu efetivo, a ser enviado ao Secretário Municipal da pasta responsável pela Guarda Municipal e à comissão responsável pela avaliação para fins de progressão funcional.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação terão por base as disposições previstas neste Código.

Art. 10 - Do ato do Comandante da Guarda Civil Municipal do Município que classificar os integrantes da Corporação, caberá Recurso de Classificação do Comportamento, dirigido ao Secretário Municipal da pasta responsável pela Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O recurso previsto no caput deste artigo deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da publicação da Classificação do Comportamento.

CAPÍTULO IV

DAS RECOMPENSAS DOS SERVIDORES

Art. 11 - O servidor da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, em reconhecimento por bons serviços, atos meritórios e trabalhos relevantes, será recompensado, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 12 - São consideradas recompensas da Guarda Municipal do Município de Presidente Dutra:

I – condecorações por serviços prestados; e

II – elogios.

§1º Condecorações se constituem em referências honrosas e insígnias conferidas aos integrantes da Carreira da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, por sua atuação em ocorrências de relevo na preservação da vida, na defesa da cidadania, da integridade física dos cidadãos e do patrimônio público, podendo ser formalizadas independentemente da classificação de comportamento, com a devida publicidade no órgão oficial do Município de Presidente Dutra, em Boletim Interno da Corporação e registro em prontuário.

§2º Elogio é o reconhecimento formal da Administração Pública às qualidades morais e profissionais do servidor da Carreira da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, com a devida publicidade no órgão oficial do Município, em Boletim Interno da Corporação e registro em prontuário.

§3º As recompensas previstas neste artigo serão conferidas por determinação do Comando da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, devidamente referendada por ato do Secretário(a) Municipal da pasta responsável pela Guarda Municipal.

§4º Uma recompensa (elogio ou condecoração) anula uma pena de advertência ou uma pena de repreensão, com preferência para esta, quando houver.

§ 5.º As recompensas serão consideradas para fins de promoções do Guarda Municipal no que se refere à pontuação pessoal, nos termos da Lei.

CAPÍTULO V

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 13 - É assegurado ao servidor da Guarda Civil Municipal do Município de Urbano Santos o direito de peticionar, requerer ou representar, quando se julgar prejudicado por ato ilegal praticado por superior hierárquico, desde que o faça dentro das normas de urbanidade.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

Seção I

Da Definição e Classificação das Infrações Disciplinares

Art. 14 - Infração disciplinar é toda a violação, pelos servidores integrantes da Guarda Municipal do Município de Presidente Dutra, aos deveres funcionais previstos neste Código e nas demais legislações correlatas, e respectivas alterações posteriores.

Parágrafo único. Não existirá infração se a conduta não estiver anteriormente tipificada.

Art. 15 - As infrações, quanto à sua natureza, classificam-se em:

I – leves;

II – médias; e

III – graves.

Art. 16. São infrações disciplinares de natureza leve:

I – deixar de elaborar e entregar, ao término de sua jornada de serviço, o relatório diário, quando lhe competir;

II – chegar atrasado, sem justo motivo, a ato ou serviço;

III – permutar serviço, sem a devida comunicação ao superior hierárquico competente;

IV – usar uniforme incompleto ou vestuário incompatível com a função, ou, ainda, descuidar-se do asseio pessoal, contrariando as normas respectivas;



V – negar-se a receber uniforme, equipamentos ou outros objetos que lhe sejam destinados ou devam ficar em seu poder, de acordo com o Regimento Interno;

VI – conduzir viatura sem autorização da unidade competente da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra;

VII – usar gírias, termos ou qualquer outra forma de comunicação descortês para com seus pares, subordinados, superiores e público em geral;

VIII – deixar de portar, quando em serviço, a identidade funcional;

IX – maltratar animais;

X – deixar de encaminhar documento no prazo legal;

XI – sobrepor ao uniforme insígnias de sociedades particulares, entidades religiosas ou políticas ou, ainda, usar indevidamente medalhas desportivas, distintivos ou condecorações, ressalvadas as atribuídas pela própria Guarda Municipal do Município de Presidente Dutra;

XII – deixar de zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;

XIII – transportar, na viatura que esteja sob seu comando ou responsabilidade, pessoal ou material sem autorização do superior hierárquico; e

XIV – ofender integrante da Guarda Civil Municipal do Município, em função superior, igual ou subordinada, bem como qualquer do povo, com atos, palavras ou gestos.

Art. 17 - São infrações disciplinares de natureza média:

I – deixar de comunicar, quando em serviço, ao superior imediato ou, na sua ausência, a outro superior, informação sobre perturbação da ordem pública, logo que dela tenha conhecimento;

II – deixar de dar informações em processos, quando lhe competir;

III – encaminhar documento a superior hierárquico, comunicando infração disciplinar inexistente ou instaurar procedimento administrativo disciplinar, sem indícios de fundamento fático;

IV – desempenhar inadequadamente suas funções, por imprudência, negligência ou imperícia;

V – afastar-se, ainda que momentaneamente, sem motivo justificado, do local em que deva encontrar-se, por força de ordens ou disposições legais;

VI – deixar de apresentar-se, nos prazos estabelecidos, sem motivo justificado, nos locais em que deva comparecer;

VII – representar a Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, em qualquer ato, sem estar autorizado;

VIII – assumir compromisso pela Guarda Civil Municipal do Município de Urbano Santos, sem estar autorizado;

IX – dirigir veículo da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra com negligência, imprudência ou imperícia;

X – designar ou manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou companheira ou parente até o segundo grau;

XI – executar ou determinar manobras perigosas com viaturas;

XII – introduzir ou tentar introduzir bebidas alcoólicas nas dependências da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra ou ingerir bebidas alcoólicas, estando em serviço;

XIII – portar arma, estando em trajes civis, sem o cuidado de ocultá-la;

XIV – suprimir a identificação do uniforme ou utilizar-se de meios ilícitos para dificultar sua identificação;

XV – abandonar o serviço para o qual tenha sido designado, sem justo motivo;

XVI – usar armamento, munição ou equipamento não autorizado;

XVII – ofender, provocar ou desafiar autoridade ou servidor da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, que exerça função superior, igual ou subordinada, com palavras, gestos ou ações, resguardando-se o direito ao exercício da liberdade de expressão, nos termos previstos pela Constituição Federal;

XVIII – deixar de cumprir ou retardar serviço ou ordem legal; e

XIX – faltar, sem motivo justificado, a serviço de que deva comparecer, causando prejuízos ao Município.

Art. 18 - São infrações disciplinares de natureza grave:

I – desempenhar, inadequadamente, suas funções, de modo intencional;

II – deixar de instaurar o devido procedimento para apuração das transgressões disciplinares de que tiver conhecimento;

III – dificultar ao servidor da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, em função subordinada, a apresentação de recurso ou o exercício do direito de petição;

IV – disparar arma de fogo, desnecessariamente, ainda que por descuido, resultando ou não de tal ato morte ou lesão à integridade física de terceiro;

V – praticar violência, em serviço ou em razão dele, contra servidores ou particulares, salvo se em legítima defesa;

VI – maltratar pessoa detida ou sob sua guarda ou responsabilidade;

VII – contribuir para que presos conservem, em seu poder, objetos não permitidos;

VIII – violar ou tentar violar qualquer unidade da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, sem motivo justificado;

IX – retirar, ou tentar retirar, ou empregar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento, material, objeto, animal ou equipamento do serviço público municipal, sem ordem dos respectivos responsáveis ou para fins particulares;

X – danificar, intencionalmente, documentos ou objetos pertencentes ao Município de Presidente Dutra;

XI – descumprir preceitos legais durante a prisão ou a custódia de preso;

XII – usar expressões jocosas ou pejorativas que atentem contra a raça, religião, credo ou orientação sexual;

XIII – aconselhar ou concorrer para o descumprimento de ordem legal de autoridade competente;

XIV – dar ordem ilegal ou claramente inexecutável;

XV – participar da gerência ou administração de empresa privada de segurança;

XVI – referir-se depreciativamente às ordens legais, em informações, parecer, despacho, pela imprensa, ou por qualquer outro meio de divulgação;

XVII – determinar a execução de serviço não previsto em Lei ou regulamento;

XVIII – valer-se ou fazer uso do cargo, função ou emprego público, para obter vantagem indevida, para si ou para outrem, ou prejudicar o bom andamento do serviço;

XIX – praticar assédio sexual ou moral;

XX – violar ou deixar de preservar local de crime;

XXI – procurar a parte interessada em ocorrência policial, para obtenção de vantagem indevida;

XXII – deixar de tomar providências para garantir a integridade física de pessoa detida;

XXIII – liberar pessoa detida ou dispensar parte da ocorrência, sem atribuição legal;

XXIV – publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos ou documentos afetos à Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra que possam comprometer a segurança pública;

XXV – deixar de assumir a responsabilidade por seus atos, ou pelos atos praticados por servidor da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra em função subordinada que agir em cumprimento de sua ordem;

XXVI – omitir, em qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento de quaisquer fatos;

XXVII – ameaçar, induzir ou instigar alguém a prestar declarações falsas em procedimento penal, civil ou administrativo;

XXVIII – trabalhar em estado de embriaguez ou sob efeito de substância entorpecente;

XXIX – deixar de comunicar ato ou fato irregular de natureza grave que presenciar, mesmo quando não lhe couber intervir; e

XXX – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiar-se ou desfilar-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político, e, da mesma forma, participar de manifestação notadamente partidária quando no exercício da função ou fardado.

Seção II

Das Sanções Disciplinares

Art. 19 - As sanções disciplinares aplicáveis aos servidores da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra são:

I – advertência;

II – repreensão;

III – suspensão;

IV – demissão; e

V – cassação da aposentadoria ou disponibilidade.



Art. 20 - Não poderá ser aplicada mais de uma pena disciplinar pela mesma infração. Parágrafo único. No caso de infrações simultâneas, a maior absorve as demais, funcionando estas como agravantes na graduação da penalidade.

Subseção I

Da Advertência

Art. 21 - A pena de advertência é a forma mais branda das sanções, e será aplicada por escrito quando praticada falta de natureza leve, constando do prontuário individual do infrator, e será levada em consideração para os efeitos do disposto no artigo 8º desta Lei Complementar.

Subseção II

Da Repreensão

Art. 22 - A pena de repreensão será aplicada por escrito ao servidor reincidente na prática de infrações de natureza leve, e terá publicidade no órgão oficial do Município de Presidente Dutra e no Boletim Interno da Corporação, devendo, igualmente, ser averbada no prontuário individual do infrator para os efeitos do disposto no artigo 8º desta Lei Complementar.

Subseção III

Da Suspensão

Art. 23 - A pena de suspensão, que não excederá a 30 (trinta) dias, será aplicada às infrações de natureza média e grave e terá publicidade no Diário Oficial do Município de Presidente Dutra, devendo ser averbada no prontuário individual do infrator para os fins do disposto no artigo 8º desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A condenação à pena de suspensão superior a 15 (quinze) dias sujeitará o infrator à participação compulsória em programa reeducativo, de cursos ou palestras com a finalidade de resgatar e fixar os princípios que regem este Código e os valores relativos à infração disciplinar específica que deu origem à punição.

Art. 24 - Durante o período de cumprimento da suspensão, o servidor da Guarda Municipal do Município de Presidente Dutra perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo ou função.

Subseção IV

Da Demissão

Art. 25 - Será aplicada a pena de demissão ao servidor que:

I – faltar injustificadamente ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

II – faltar ao serviço, sem justa causa, por mais de 60 (sessenta) dias intercalados durante o ano;

III – demonstrar contumácia na prática de infrações de natureza grave;

IV – demonstrar ineficiência intencional e reiterada no cumprimento das funções;

V – praticar, em serviço ou em razão dele, atos atentatórios à vida e à integridade física de qualquer pessoa, salvo se em legítima defesa;

VI – praticar ou associar-se a outrem para a prática de crimes tipificados como tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins, crimes hediondos ou equiparados, crimes contra a administração pública, a fé pública, a ordem tributária, o sistema financeiro e segurança nacional;

VII – lesar o patrimônio público e/ou os cofres públicos;

VIII – conceder vantagens ilícitas, valendo-se da função pública;

IX – receber ou solicitar propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções, mas em razão delas; e

X – revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, desde que o faça dolosamente, com prejuízo para o Município ou a qualquer particular.

Art. 26 - A demissão motivada por corrupção, lesão aos cofres públicos, suborno, roubo, crime contra a administração municipal, ou condenação judicial a pena privativa de liberdade, incompatibiliza o servidor para nova investidura em cargo ou função pública do Município, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Subseção V

Da Cassação de Aposentadoria

Art. 27 - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade se ficar provado que o servidor:

I – praticou, na atividade, falta punível com pena de demissão; e

II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública.

Seção III

Da Aplicação das Sanções Disciplinares

Art. 28 - O ato de imposição de penalidade mencionará sempre o fundamento legal.

Art. 29 - O ato de aplicação das penalidades de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade é de competência do Prefeito Municipal.

Art. 30 - Compete ao Comando da Guarda Civil Municipal do Município de Urbano Santos a aplicação das penas de advertência e repreensão e ao Secretário Municipal da pasta responsável pela Guarda Civil Municipal a aplicação da pena de suspensão de até 30 (trinta) dias.

Art.31 - Na aplicação da sanção disciplinar, serão considerados os motivos, circunstâncias e conseqüências da infração, os antecedentes e a personalidade do infrator, assim como a intensidade do dolo ou o grau da culpa.

Art. 32 - São circunstâncias atenuantes:

I – estar classificado, no mínimo, na categoria de bom comportamento;

II – ter prestado relevantes serviços para a Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra;

III – a falta de prática no serviço;

IV – ter sido cometida a infração disciplinar em defesa própria, de seus direitos ou de outrem; V – ter sido cometida a infração disciplinar para evitar mal maior; e

VI – ter sido confessada espontaneamente a infração disciplinar, quando sua autoria for ignorada ou imputada a outrem.

Parágrafo único. Quando ocorrer quaisquer das circunstâncias atenuantes, a pena será reduzida em até 1/3 (um terço) nos casos de suspensão.

Art. 33 - São circunstâncias agravantes:

I – mau comportamento;

II – prática simultânea ou conexão de 02 (duas) ou mais infrações;

III – reincidência;

IV – conluio de 02 (duas) ou mais pessoas;

V – falta praticada com abuso de autoridade;

VI – ter sido cometida a infração disciplinar em presença de subordinado;

VII – ter abusado o infrator de sua superioridade hierárquica ou qualificação funcional; VIII – ter sido praticada a infração disciplinar premeditadamente; e

IX – ter sido praticada a infração disciplinar em presença de público.

Parágrafo único. Quando ocorrer qualquer das circunstâncias agravantes, a pena será acrescida em até 1/3 (um terço) para suspensões, observando-se o limite máximo de 30 (trinta) dias para a penalização.

Art. 34 - Verifica-se a reincidência quando o servidor cometer nova infração, depois de transitar em julgado a decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

§1º. Dá-se o trânsito em julgado administrativo quando a decisão não comportar mais recursos.

§2º. Em caso de reincidência, as faltas leves serão puníveis com repreensão e as médias com suspensão superior a 15 (quinze) dias.

§3º As punições canceladas ou anuladas não serão consideradas para fins de reincidência.

Art. 35 - O Comando da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra manterá cadastro atualizado e controlará banco de dados sobre a vida funcional dos servidores integrantes da Guarda Civil Municipal do Município.

Seção IV

Da Prescrição

Art. 36 - Prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade;

II - em 02 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão; e

III - em 01 (um) ano, quanto às infrações puníveis com advertência e repreensão.

§1º Após a prescrição da pretensão punitiva, as anotações referentes às infrações disciplinares prescritas deverão ser retiradas do prontuário do servidor.

§2º A infração também prevista como crime na lei penal prescreverá juntamente com este, aplicando-se ao procedimento disciplinar, neste caso, os prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal ou em leis especiais que tipifiquem o fato como infração penal.



Art. 37 - A prescrição começará a correr da data em que a autoridade competente tomar conhecimento da existência de fato, ato ou conduta que possa ser caracterizada como infração disciplinar.

§1º Interromperá o curso da prescrição o despacho que determinar a instauração de processo disciplinar.

§2º Na hipótese do §1º deste artigo, todo o prazo começa a correr novamente por inteiro da data do ato que a interrompeu.

Art. 38 - Se, após a instauração do procedimento disciplinar, houver necessidade de se aguardar a realização de prova técnica específica ou a conclusão de ação judicial, o feito poderá ser sobrestado e suspenso o curso da prescrição, até o trânsito em julgado da sentença, a critério do Comando da Guarda Civil Municipal do Município.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO DISCIPLINAR EM GERAL

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 39 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§1º As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito.

§2º Quando o fato narrado, de modo evidente, não configurar ilícito penal ou infração disciplinar, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 40 - As irregularidades e faltas funcionais serão apuradas por meio de:

I - sindicância, quando não houver dados suficientes para sua determinação ou para apontar o servidor faltoso; e

II - processo administrativo disciplinar, quando a gravidade da ação ou omissão torne o servidor passível de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único. Ao servidor não poderá ser aplicada qualquer pena sem que lhe seja assegurado a ampla defesa, com direito a depoimento pessoal, ou qualquer tipo de punição prévia, exceto afastamento preventivo quando justificadamente recomendado.

Seção II

Da Suspensão Preventiva

Art. 41 - A autoridade competente poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), se, fundamentadamente, houver necessidade de seu afastamento para apuração de falta a ele imputada.

Art. 42 - O servidor terá direito:

I - à remuneração e à contagem do tempo de serviço relativo ao período de suspensão preventiva, quando do processo não resultar punição ou limitar-se à pena de advertência; e

II - à remuneração e à contagem do tempo de serviço correspondente ao período de afastamento excedente ao prazo de suspensão efetivamente aplicada.

Seção III

Da Sindicância

Art. 43 - A sindicância será confiada a servidor, podendo este ser dispensado de suas atribuições normais para a apresentação do relatório. Parágrafo único. A critério da autoridade competente, considerando o fato a ser apurado, a função sindicante poderá ser atribuída a uma comissão de servidores municipais, até o máximo de 03 (três), livremente escolhidos.

Art. 44 - O sindicante ou a comissão efetuará, de forma sumária, as diligências necessárias ao esclarecimento da ocorrência e indicação do responsável, apresentando relatório a respeito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§1º Preliminarmente, deverá ser ouvido o autor da representação, as testemunhas e o servidor implicado.

§2º Reunidos os elementos apurados, o sindicante, ou a comissão, traduzirá no relatório as suas conclusões, indicando o possível culpado, qual a irregularidade ou transgressão e o seu enquadramento nas disposições da presente Lei Complementar, o qual será remetido ao Comando da Guarda Civil Municipal do Município de Urbano Santos.

Art. 45 - A autoridade competente, de posse do relatório, acompanhada dos elementos que instruíram o processo, decidirá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I - pela aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão;

II - pela instauração de processo administrativo disciplinar; e

III - arquivamento de processo.

§1º Entendendo a autoridade competente que os fatos não estão devidamente elucidados, inclusive na indicação do possível culpado, devolverá o processo ao sindicante ou à comissão, para ulteriores diligências, em prazo certo, não superior a 05 (cinco) dias úteis.

§2º De posse do novo relatório e elementos complementares, a autoridade decidirá no prazo e nos termos deste artigo.

§3º Se o sindicante entender que a penalidade cabível é apenas de advertência, repreensão ou suspensão, abrirá o prazo de 05 (cinco) dias para o indiciado apresentar defesa, antes de elaborar o relatório.

Seção IV

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 46 - O Processo Administrativo Disciplinar contra servidores integrantes da Guarda Civil Municipal do Município de Presidente Dutra, por infrações previstas nesta Lei Complementar, será instaurado pelo Comando da Guarda Civil Municipal do Município.

Art. 47 - Aplica-se, na condução, processamento e julgamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de Presidente Dutra e respectivas alterações posteriores. Seção V Da Revisão do Processo

Art. 48 - Aplicam-se, no que tange à revisão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado nos termos do Estatuto do Servidor Público do Município de Presidente Dutra e respectivas alterações posteriores.

CAPÍTULO VIII

DO CANCELAMENTO DA PUNIÇÃO

Art. 49 - O cancelamento de sanção disciplinar consiste na eliminação da respectiva anotação no prontuário do servidor da Guarda Civil do Município de Presidente Dutra, sendo concedido de ofício ou mediante requerimento do interessado, quando este completar, sem qualquer punição:

I - 36 (trinta e seis) meses de efetivo serviço, quando a punição a cancelar for de suspensão; e

II - 24 (vinte e quatro) meses de efetivo serviço, quando a punição a cancelar for de advertência ou repreensão.

Art. 50 - O cancelamento das anotações no prontuário do infrator e no banco de dados da Secretaria Municipal responsável pela Guarda Civil Municipal de Presidente Dutra dar-se-á por determinação do Corregedor da Guarda Civil do Município, registrando-se apenas o número e a data do ato administrativo que formalizou o cancelamento.

Art. 51 - Concedido o cancelamento, o conceito do servidor da Guarda Civil do Município de Presidente Dutra será considerado, tecnicamente, primário, podendo ser reclassificado, desde que observados os demais requisitos estabelecidos no artigo 8º, desta Lei Complementar.

Art. 52 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA,
MARANHÃO, AOS 18 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2024.

RAIMUNDO ALVES CARVALHO
Prefeito Municipal



RAIMUNDO ALVES CARVALHO

Prefeito Municipal

RÔMULO CARVALHO ALVES

Secretário Municipal de Administração e Finanças

www.presidentedutra.ma.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

AVENIDA ADIR LEDA, S/N, BAIRRO TARUMÃ - CENTRO ADMINISTRATIVO
CIRO EVANGELISTA - CEP: 65.760-000

Presidente dutra – MA

Contato: (99) 98476-9208